

FRONTEIRAS, CONFLITOS TERRITORIAIS E IDENTIDADES CULTURAIS. INTRODUÇÃO AO CASO DE OLIVENÇA/ BORDERS

João Luís J. FERNANDES

Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

Na perspetiva de Portugal, Olivença continua a ser um território disputado e um caso não resolvido. Apesar da aparente falta de interesse dos governos centrais em discutir este diferendo, a partir da sociedade civil é possível identificar dois movimentos contrastantes. Num dos casos, procura-se lutar para que o problema político e territorial não seja esquecido. Noutra, faz-se de Olivença um laboratório de memória e dupla pertença. No primeiro, valoriza-se a questão política e nacionalista. No segundo, a vertente cultural de partilha. De certo modo, estes dois posicionamentos podem espelhar algumas das fraturas hoje existentes na Europa.

Palavras chave: Fronteira, Identidade, Território.

Abstract

According to the Portuguese point of view, Olivença remains a disputed territory and an unsolved case. Despite the apparent non interest of central governments in discussing this dispute, civil society has given rise to two contrasting movements. In one case, efforts are made to ensure that the political and territorial problem is not forgotten. In another, Olivença becomes a laboratory of memory and double belonging. In the first, the political and nationalist question is valued. In the second, importance is given to the cultural aspect of sharing. Somehow, these two approaches can reflect some of the fractures in contemporary Europe.

Keywords: Border, Identity, Territory.

1. Notas introdutórias – Identidades, culturas e fronteiras

Para Samuel Huntington (1993 e 1999), o mundo estará estruturado por fronteiras e áreas culturais bem identificadas. Ainda que, nalguns casos, estas estejam animadas por um dinamismo de expansão e conflito (ou *choque civilizacional*), este é um quadro geográfico mais ou menos fácil de cartografar. Nesta fragmentação com evidentes implicações políticas, é possível identificar territórios com elevada uniformidade endógena e uma clara diferenciação, e separação, em relação ao mundo exterior. Nessa perspetiva, a população mundial estará ordenada e ajustada a mosaicos culturais (ou civilizações) que não se confundem. Neste esquematismo, não haveria lugar a processos de troca, intermediação e hibridismo cultural, como aqueles que resultam, por exemplo, do papel de atores mais flexíveis como as

diásporas, que são agentes multiterritoriais de difusão e potencial criação de novas realidades compostas.

Seguindo Mark Granovetter (1973), neste mundo ordenado (mas não harmonioso), estaríamos perante realidades geográficas mais ou menos confinadas, que coincidem com comunidades unidas pelos laços fortes (*strong ties*) que se estabelecem entre membros do mesmo grupo. Ainda seguindo Granovetter (1973), estes agrupamentos culturais homogêneos, consolidados por fatores como as semelhanças e as proximidades linguísticas e religiosas, serão menos vulneráveis e abertos aos laços fracos (*weak ties*) que estabelecem pontes de interação e colocam em contato atores heterogêneos e diferenciados.

A tudo isto associam-se os sentimentos de pertença e filiação mas também as questões identitárias. Enquanto elementos de agregação, estas identidades resultam de múltiplos fatores, que vão dos culturais aos territoriais e aos sociológicos e até económicos e políticos. Seguindo autores como Amin Maalouf (1999), Amartya Sen (2007) ou João Maria André (2012), uma leitura linear da realidade (a do domínio dos citados *strong ties*, de Granovetter) poderá apontar para bases identitárias simples e unívocas e associações diretas e simplificadas em torno de uma única variável (a religiosa voltou, na contemporaneidade, a ganhar peso nesta visão esquemática e unidimensional).

Considerando o movimento e a permeabilidade entre os espaços e os atores, as trocas e as multiterritorialidades diferenciadas (Haesbaert, 2004), assim como a fluidez dos tempos líquidos mencionados por Bauman (2007), para autores como Maalouf (1999 e 2004), Sen (2007) e André (2012), destas multidimensionalidades resultarão identidades compósitas menos classificáveis, mais complexas e densas, de construção permanente e mais difícil organização segundo separadores rígidos bem identificados.

Nesta perspetiva, Amin Maalouf (2004) opõe as *raízes* - que fixam e estigmatizam as mais simples identidades de pertença (a um lugar, a uma família ou a uma matriz cultural); às *estradas* - que fazem viajar, colocam em contacto e abrem oportunidades de mudança e acrescentos, daqui resultando justaposições compósitas e complexas, que Santos (2013) classifica como identidades incertas.

Não é difícil uma leitura política nem uma postura ideológica - mais conservadora e securitária ou mais progressista e de partilha -, desta aparente oposição entre dois polos que parecem excluir-se e confrontar-se. Por um lado, um mundo mais lento, ordenado, disciplinado e previsível de mosaicos delimitados e populações coletivas bem identificadas por laços fortes de inclusão. Por outro, uma geografia social, política, cultural e económica mais acelerada, fluída, difusa, desordenada e instável de atores individualizados que vivem uma geometria variável de múltiplas pertenças, associações e filiações.

Nem sempre será fácil cartografar os limites entre estes dois modos de vivência da globalização, mas é possível traçar um paralelismo com os dois mundos sociais e geográficos definidos por David Goodhart (2017). Refletindo sobre os resultados do *Brexit*, que decidiram o rompimento entre a Inglaterra e a União Europeia, o autor inglês denomina como 'somewhere' os atores enraizados nos seus territórios

do quotidiano e com uma escassa visão global e transversal dos problemas. No outro extremo, estarão os 'anywhere', aqueles que viajam, vivem uma multiterritorialidade mais ampla e têm mapas mentais mais alargados. Para Goodhart (2017), a estas duas espacialidades contrastadas, corresponderão atitudes políticas também diferentes.

Por aqui se cruzam conceitos como as identidades e as fronteiras, estas últimas mais ou menos permeáveis, mais abertas ou mais fechadas ao contacto entre o endógeno e o exógeno (Szary, 2015). Enquanto expressão geográfica de relações de poder entre territórios diferentes, um espaço de fronteira pode ser um fator de separação, como pode também ser uma oportunidade de abertura, alteridade e relação com o *Outro*. Nesse sentido, as fronteiras não serão neutras, induzem comportamentos geográficos e territorialidades muito específicas, sejam estas de vigilância e encerramento, sejam de interrelação, partilha e valorização mútua (Foucher, 2007).

Será também nas fronteiras que se definirão os caminhos múltiplos das identidades – mais simplificadas e de exclusão face ao que ocorre no outro lado do muro, ou mais compósitas e recetoras, abertas ao contacto com o exterior. Assim se discute Portugal e a identidade lusófona, que não deverá ser entendida sem o reconhecimento da complexidade e da diversidade espacial das múltiplas territorializações de uma cultura de influência portuguesa, também esta bastante difusa e complicada de mapear.

2. A(s) identidade(s) e as territorialidades múltiplas de Portugal e da lusofonia

A identidade lusófona, associada de forma vaga e ampla a territórios descontínuos vinculados por laços linguísticos e históricos, caracterizar-se-á por uma instável geometria variável difícil de classificar e cartografar. Seguindo a denominação de Rogério Haesbaert (2004), a lusofonia e a fronteira de Portugal são realidades multiterritoriais e é nesta complexidade que se expressa este património comum.

Para Adriano Moreira (1996 e 1997), a atual fronteira política do Estado português é uma realidade difusa e multidimensional que apenas pode ser entendida recorrendo a múltiplas escalas geográficas. Isto ocorre porque algumas das funcionalidades de soberania associadas a esses limites políticos e oficiais se dispersaram por outras espacialidades e por diferentes atores e respetivas delimitações territoriais.

Para este autor, a essa fronteira política portuguesa não corresponde, na atualidade, os limites da soberania económica de Portugal. É verdade que existe uma delimitação política que separa os dois países ibéricos. No entanto, a construção de um espaço económico peninsular comum, com forte interligação e dependência mútua, sobretudo do lado português, assim como a inserção de ambos os países no território da moeda única europeia, levou à desagregação entre a referida fronteira política e a fronteira de soberania económica de Portugal, que hoje se alargou.

Por outro lado, estas fronteiras políticas e económica também não coincidem com a delimitação espacial dos territórios de segurança, aqui muito vinculados a outra cartografia – a da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), da qual Portugal faz parte desde 1949, numa integração que muito tem condicionado a posição externa do país nas questões securitárias e militares mas também políticas (Telo, 1999; Teixeira, 2005).

Ainda para Adriano Moreira (1996 e 1997), nem as fronteiras política e económica, nem a soberania de segurança coincidem com as delimitações espaciais e as territorialidades de uma identidade lusófona que será sempre de caracterização difícil.

Mesmo procurando o mapa no qual se possam inscrever as isoglosas de delimitação da língua portuguesa, esta será uma cartografia dinâmica e difusa que não coincide com os territórios, agora reunidos na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que assumiram o português como idioma de Estado. Em muitos destes países, o português não é uma língua universal nem exclusiva e a cultura de matriz portuguesa é um elemento identitário que se diluiu em contextos de encontro e interpenetração entre múltiplas influências e movimentos.

Nesta geometria variável, a influência portuguesa expande-se por espaços justapostos a outras influências, com territorializações dinâmicas em diferentes ambientes ecológicos e diversos contextos socioculturais, económicos e políticos (Reto *et al*, 2016).

Nesta descontinuidade espacial, é necessário um olhar mais apurado, geográfico, culturalista e histórico, para encontrar elos de ligação entre atores e territorialidades tão distintas (e distantes) como aquelas que caracterizam, por exemplo, os pescadores no Amazonas e os criadores de gado no sertão brasileiro; as vendedoras de fruta nas ruas de Luanda e um cidadão terciarizado residente em Lisboa ou diluído nos milhões de habitantes da metrópole de São Paulo. A todos estes acrescentam-se heterogeneidades como as trazidas pelos pastores nas montanhas de Timor-Leste; pelos agricultores de solos pantanosos na Guiné-Bissau; pelo estudante de língua e cultura portuguesas em Macau ou em Pequim; pelo músico caboverdiano de mornas; pelos construtores civis em França ou pelos comerciantes de origem portuguesa em Caracas ou Joanesburgo, ou ainda por algum lusodescendente criador de gado no vale de San Joaquin, na Califórnia.

Para nos aproximarmos dessa complexa cartografia, teremos que olhar para a geografia mais durável dos Estados mas também para as espacialidades mais flexíveis e incertas das redes (Castells, 2007). Países, como Angola, que adotaram o português como língua oficial, são também territórios de outras expressões linguísticas, daqui resultando um vivo e dinâmico espaço de diversidade cultural, no qual a língua portuguesa constitui um fator de união, identidade nacional e projeção no mundo (Banza, 2015).

Nesta *soundscape* linguística multidimensional e multivariada, o português fala-se e vive-se também em territórios nos quais os idiomas oficiais são outros. As diásporas lusófonas, da caboverdiana

à portuguesa, da angolana à brasileira, são relevantes nessa geografia plástica e variável de cruzamentos enriquecedores.

Por tudo isso, a fronteira cultural portuguesa referida por Moreira (1996 e 1997) é uma realidade móvel, híbrida, geograficamente descontínua e multiterritorial, numa geometria variável na qual não é fácil encontrar sobreposições entre a geografia dos países de língua oficial portuguesa, a geografia da língua portuguesa e a geografia da cultura de influência portuguesa, pelo menos três realidades diferentes que desconstroem qualquer tentativa de organização de uma cartografia segura e estável.

Este exercício exige, contudo, a variação das escalas geográficas de análise, o movimento entre as perspetivas mais panorâmicas e abrangentes e as focalizações mais pormenorizadas e próximas de realidades locais como, por exemplo, Goa, Malaca, Macau ou a Ilha de Moçambique. Estes são espaços de inovação cultural, porque ali se confrontam e coexistem fluxos diversificados e multivariados, daqui resultando geografias onde permanece uma certa influência portuguesa, por vezes na paisagem sonora, nalguns casos no edificado, noutros em manifestações de património imaterial como a gastronomia ou os rituais religiosos.

É nesta perspetiva que nos balançamos para um breve olhar sobre a cidade de Olivença, o contexto político da fronteira naquela região e as manifestações culturais que se têm manifestado naquele território disputado entre Portugal e Espanha.

Assim se fará uma leitura sumária e exploratória do denominado 'caso de Olivença'. Por um lado, fazendo-se uma breve evocação do conflito diplomático e territorial entre os dois países ibéricos. Por outro, discutindo Olivença como território de aproximação e consolidação de uma sempre indefinida identidade ibérica, que se tem traduzido no aumento do interesse pela língua, pelo património e cultura portuguesas e pela afirmação desta cidade como plataforma de trocas e parcerias múltiplas entre Portugal e Espanha.

Num certo sentido, também Olivença faz parte desta geografia inconstante da cultura de influência portuguesa.

3. Olivença – as origens e o contexto geográfico de um conflito fronteiriço na Península Ibérica

Com uma superfície de 430 km², o município de Olivença apresentava, em 2016, um total de 12032 habitantes. Nesse mesmo ano, 25% do emprego estava classificado no setor agropecuário, enquanto 48% se integrava no terciário. Em 2015, 448 residentes nasceram fora de Espanha, 38% dos quais em Portugal (INE, 2016). Como é comum nestes territórios de fronteira, a sede de concelho é um povoamento concentrado, com um centro histórico muralhado (Figura 1).



Figura 1 – Vista aérea de Olivença (sede de concelho). (Adaptado a partir de GoogleEarth).

Posicionado no setor ocidental da fronteira terrestre entre os dois países ibéricos, e numa latitude próxima da de Lisboa, este território raiano faz parte de um triângulo que tem, nos outros dois vértices, as cidades de Badajoz e Elvas, localizadas, respetivamente, em Espanha e Portugal (Figura 2).

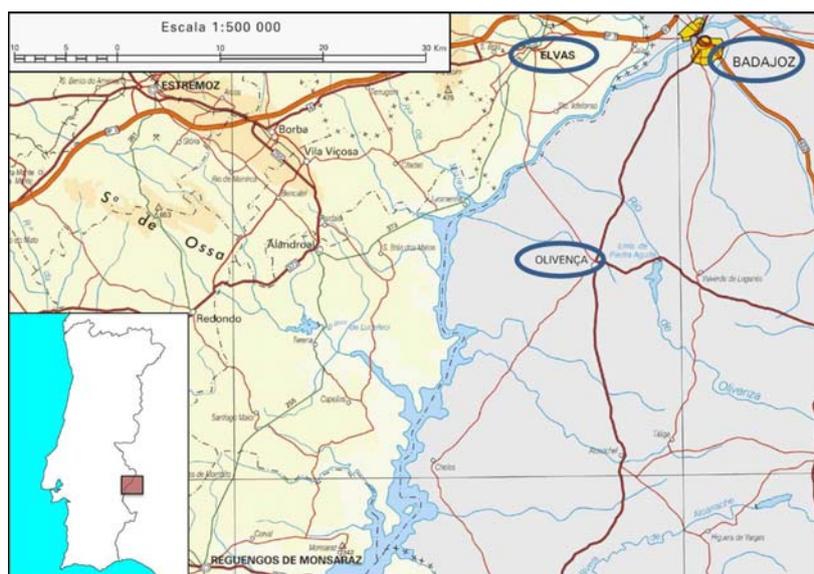


Figura 2- Olivença: posição geográfica e enquadramento regional.

Em especial do lado português, este espaço geográfico é com frequência associado à ‘Questão de Olivença’, isto é, a um diferendo entre Portugal e Espanha pela disputa deste território fronteiriço.

As razões desta contenda são históricas. Com o Tratado de Alcanizes, assinado em 1297 por D. Dinis e D. Fernando IV de Castela, Olivença passa a fazer parte do território português. Traduzindo a importância estratégica deste lugar, o mesmo D. Dinis concede-lhe uma Carta de Foral em 1298 e promove a construção de novas muralhas. Já no século XV, o rei português D. João II constrói a Torre de Menagem. Revelando de novo a importância de Olivença na estratégia geopolítica de Portugal, em 1510 D. Manuel I concede novo foral à cidade e reinveste nas fortificações. Perante a proximidade de Badajoz, o mesmo rei promove a construção de uma ponte sobre o Guadiana, entre Olivença e a cidade de Elvas. Com este atravessamento do rio, Olivença passava a beneficiar do apoio militar elvense mas também do auxílio da praça de Estremoz.

A turbulência napoleónica na Europa do início do século XIX e os conflitos entre Portugal, por um lado, e Espanha e França, por outro, levaram à ocupação de Olivença pelas forças militares castelhanas após a Guerra das Laranjas, ocorrida em 1801.

Apesar das coações externas e do direito internacional (como o Tratado de Paris, de 1814, e o Congresso de Viena, de 1815), Olivença permaneceu até à atualidade sob administração espanhola (Antunes, 2013).

Em 1864 é assinado um convénio fronteiriço entre Portugal e Espanha, que não se completou devido a esta disputa territorial.

Já no século XX, em 1926, assina-se um novo acordo fronteiriço entre os dois países ibéricos. No entanto, mais uma vez, a cartografia não se completa, ficando por delimitar a raia entre a foz do Rio Caia e a foz do Rio Cuncos, precisamente os 63 km de limite internacional não reconhecido por Portugal e ausentes da cartografia produzida pelo Estado português (Figura 3).

Nesta disputa mais ou menos discreta, já nos anos (19)50 Portugal volta a pressionar a Comissão Internacional dos Limites para a reivindicação do território de Olivença. O desentendimento tácito entre os dois países ibéricos tem sido alimentado por alguns episódios simbólicos, em especial aquando das intervenções de recuperação patrimonial da ponte construída por D. Manuel I sobre o Guadiana no início do século XVI (a Ponte de Ajuda). Esta infraestrutura manuelina, parcialmente destruída no século XVIII, terá o estatuto de ponte internacional, como pretendido pelo lado espanhol, ou de ponte doméstica, erguida em território nacional português? Em 2003, Espanha terá iniciado uma intervenção, sem a devida autorização de Portugal. Desentendimentos vários a respeito deste estatuto (por exemplo, em 2009, a ponte foi classificada pela Junta da Extremadura espanhola com o título de “Bien de Interés Cultural”), terão adiado as intervenções sobre esta construção patrimonial.

As mesmas dúvidas atravessaram a construção da nova ponte entre Elvas e Olivença, inaugurada em 2000. Com a integração europeia conjunta e a consolidação do mercado comum ibérico, Portugal e

Espanha consolidaram a ligação entre os dois territórios através da construção de infraestruturas como a Ponte Internacional do Guadiana, entre Vila Real de Santo António e Ayamonte (1991); a ponte entre Monfortinho e Zarza, que atravessa o rio Erges (1993) e a ponte entre Elvas e Badajoz, sobre o Rio Caia (simbolicamente denominada Ponte José Saramago, escritor português que muito promoveu a ligação entre os dois países).

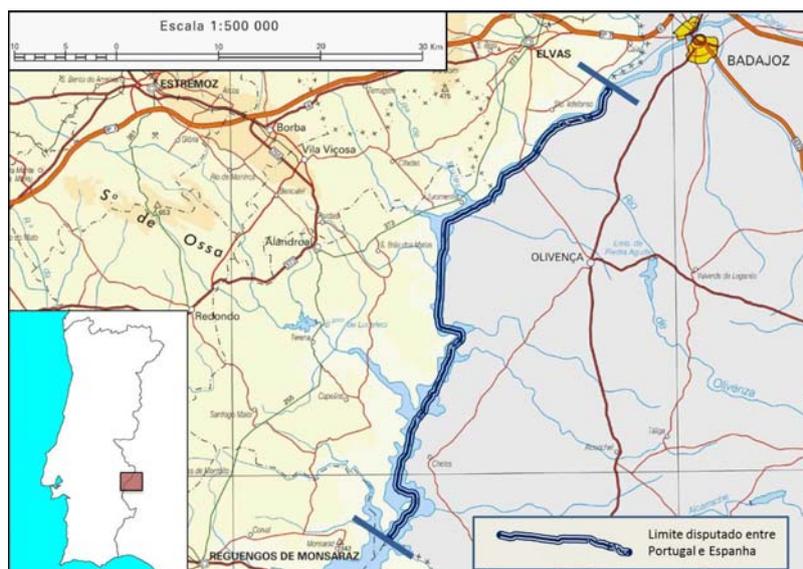


Figura 3- O troço de fronteira não reconhecido por Portugal.

É neste contexto que se integra a nova travessia do Guadiana em território disputado. Este investimento cumpre um acordo celebrado na Cimeira Luso-espanhola de 1994, entre altos representantes dos dois governos. Ainda assim, as dúvidas sobre o estatuto persistiram e apenas um apurado esforço diplomático permitiu o andamento dos trabalhos, que acabaram por ser suportados por ambos os países.

Apesar disso, na margem direita do Guadiana, em território do concelho de Elvas, não se colocou qualquer placa indicativa de entrada ou saída do país, ao contrário do que ocorreu do lado de Olivença, onde são visíveis as demarcações internacionais.

Estas questões territoriais envolvem sempre as populações e o fator humano. Numa fronteira que é também linguística, a administração castelhana de Olivença passou pela proibição de uso da língua portuguesa logo desde o século XIX. Desde essa época, o português deixou de ser usado nos documentos oficiais e na toponímia, apenas resistindo, de modo envergonhado, como língua de contacto em determinadas classes populares. Segundo Carlos Luna (2007), em 1805 foi decidido extinguir todas as escolas portuguesas, assim como o ensino do português. Segundo este investigador, após o dia 14 de Agosto de 1805, as atas da Câmara Municipal passaram a ser escritas obrigatoriamente em castelhano.

Mais tarde, o franquismo foi também um longo período de afirmação de uma identidade castelhana exclusiva.

Apesar do passado recente, a democracia e a integração dos dois países na então CEE, trouxeram maior abertura. Com o advento do século XXI, e o apoio conjunto da Embaixada de Portugal em Madrid e do Instituto Camões, o ensino do português foi implantado em Olivença, dando início a uma nova fase de relacionamento entre os dois territórios culturais e políticos. Ainda para Carlos Luna (2007), citando o Programa Mosaïc (da União Europeia), cerca de 35% dos residentes em Olivença entenderão e/ou falarão o português. Este valor foi, há muito, condicionado quer pelas vagas de povoamento castelhano no território, quer pela relação assimétrica entre aquilo que Cosgrove (2008) denomina como uma cultura dominante e hegemónica e outra, minoritária e de resistência.

4. O conflito de Olivença – uma resposta dupla, entre a política e a cultura

Para os sucessivos governos de Portugal e Espanha, o caso de Olivença está fora das agendas prioritárias e a abordagem oficial a este tema ou é discreta ou não existe. No entanto, ao longo do tempo, a sociedade civil tem protagonizado reações pontuais, assentes por vezes em posições contrastadas.

O Grupo dos Amigos de Olivença foi fundado em Lisboa em 1938, na época com a designação Sociedade Pró-Olivença. Com sede na Casa do Alentejo desde 1945, a este movimento aderem várias personalidades da vida cultural e política portuguesa, como Jaime Cortesão, Humberto Delgado ou Cupertino de Miranda, entre outros. Nos estatutos desta organização, pronunciados em 1958, está inscrito o objetivo explícito do retorno de Olivença à soberania portuguesa. Para isso, este grupo compromete-se a realizar todos os esforços para, por via documental ou outra, reafirmar a legitimidade do regresso deste território à jurisdição de Portugal (Antunes, 2013, GAO, 2017).

Este movimento tem tido como estratégia imediata a tentativa de não deixar adormecer um problema diplomático, num contexto (a adesão ibérica à CEE e à União Europeia e a estabilidade de uma linha de fronteira quase intocada desde o século XIII) pouco favorável para (re)discussão deste conflito territorial.

Para isso, o Grupo dos Amigos de Olivença tem marcado presença, através de manifestações públicas de protesto, em eventos como as Cimeiras Ibéricas (que reúnem os governos dos dois países) ou as comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (celebrado a 10 junho). Em muitas destas exposições públicas, este conjunto organizado de cidadãos tem-se coligado com outras coletividades mais conservadoras, como a Real Associação da Beira Litoral (de Lisboa) ou outros movimentos próximos da Casa Real e do PPM (Partido Popular Monárquico).

A esta abordagem de demarcação geográfica, confronto e reavivamento político de um conflito territorial, tem-se sobreposto outra tendência, associando Olivença a uma dinâmica de contacto, abertura e aposta na troca de experiências e consolidação de uma identidade de dupla pertença.

A Associação Além-Guadiana é um grupo cívico fundado em 2008 na própria cidade de Olivença. O seu objetivo é a redescoberta da herança portuguesa e o reforço das pontes que se podem estabelecer entre os dois países. Como se pode ler em Além-Guadiana (2017), pretende-se evitar a perda da memória. Para isso, parte-se à redescoberta da cultura portuguesa ainda presente no quotidiano de vida em Olivença. A valorização de diferentes manifestações dessa cultura de origem portuguesa, como a língua, a literatura, a música, a arte e a gastronomia, é fundamental para a sensibilização da cidade e da sua população. A promoção de um maior conhecimento de Portugal passa também pelo contacto direto com o país, através de viagens individuais ou organizadas. Nos horizontes desta associação, encontra-se ainda o desenvolvimento de laços e pontos de encontro entre as duas tradições culturais, fazendo de Olivença um território único neste contexto raiano e peninsular.

Esta estratégia de ponte e dupla pertença cultural e identitária tem expressão na paisagem urbana da cidade. Para além do incentivo ao estudo da língua e da cultura portuguesas, esta associação tem promovido a Olivença urbana como um território de encontro e resgate de memórias. A recuperação da calçada portuguesa e a introdução de placas toponímicas bilingues (juntando a denominação castelhana com a antiga referência em português) estão entre os projetos mais emblemáticos (Figuras 4 e 5).

Neste mundo de competitividade e promoção exterior, todos os lugares se reúnem em torno de alguns ícones espaciais. Neste caso, a Porta Manuelina que dá entrada ao ayuntamiento, é uma referência que os visitantes procuram e fotografam, mas também uma imagem que simboliza esta diferenciação positiva do território oliventino (Figura 6).



Figura 4- Calçada Portuguesa no centro de Olivença.



Figura 5- Toponímia bilingue em Olivença.



Figura 6- Porta Manuelina, ícone de Olivença.

No entanto, a dupla pertença passa também pelos cartões de identidade e pela dupla cidadania. Estas ações patrimoniais e identitárias têm sido acompanhadas por um fluxo de solicitações de aquisição de nacionalidade portuguesa por parte de algumas centenas de oliventinos. Não abdicando da sua nacionalidade de origem, a espanhola, pretendem oficializar os seus laços com Portugal e adquirir a cidadania portuguesa.

Nesta Olivença que pretende ensaiar-se como plataforma de trocas e parcerias múltiplas entre Portugal e Espanha, será possível equacionar duas perspetivas, que apenas um trabalho de campo mais apurado poderá confirmar.

Por um lado, uma leitura individual. O movimento de dupla nacionalidade e de dupla pertença que se verifica em Olivença pode significar, para além das questões identitárias e de memória, um valor que resulta do alargamento dos mapas mentais e do aumento das opções territoriais.

Por outro, uma perspetiva mais coletiva. A herança portuguesa será um fator de distinção de Olivença no contexto da Extremadura. Essa diferença, para além da autoestima local, pode seduzir um turismo que, na região, procure um atrativo diferente. Em 2014, Olivença recebeu cerca de 150 mil turistas (Ayuntamiento de Olivenza, 2016).

Por fim, o caso de Olivença, ainda que a uma microescala geográfica, pode ser elucidativo do modo como a visão esquemática e monocolor de Huntington (1993 e 1999) se pode desconstruir em lugares que se assumam como laboratórios geográficos e políticos de intermediação cultural e afirmação de identidades múltiplas, abertas e dialogantes.

Na perspetiva da política externa portuguesa e da posição de Portugal no mundo, Olivença pode fazer parte de uma rede de lugares que, de Goa a Macau ou de Timor a Malaca, em diferentes escalas geográficas e em múltiplos contextos espaciais, promovam o contacto, as trocas e um hibridismo cultural flexível, heterogéneo, geograficamente descontínuo mas dinâmico e aberto.

O caso de Olivença é o exemplo de como a cultura e a política se encontram enredadas nesta contemporaneidade. Ainda que organismos externos, como a CIA, coloquem Olivença na lista dos problemas territoriais à escala global, este problema pouco se aproxima a outros. A 'Questão de Olivença' em nada se relaciona com o problema escocês, com o País Basco, com Gibraltar, com todo o rendilhado fronteiriço da Europa de leste e do sudeste (por exemplo).

Olivença é um microterritório. Ainda assim, enquanto laboratório social, este caso pode sintetizar alguma das potenciais trajetórias da Europa.

O Grupo dos Amigos de Olivença e a associação Além-Guadiana indicam-nos dois caminhos possíveis para a Europa: as velhas questões fronteiriças ou a procura de um novo contexto intercultural, de pertenças múltiplas, sem a diluição das identidades nacionais.

É importante insistir que, sobretudo no atual contexto da União Europeia, uma fronteira pode ser, ao mesmo tempo, um fator de separação mas também uma área de contacto, trocas e criação de uma nova realidade política e cultural.

5. Bibliografia

- Antunes, E. (2013). *'A Questão de Olivença'. Um caso de política externa portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Associação Além-Guadiana (2017). [Online] Disponível em: <http://alemguadiana.blogs.sapo.pt/> [Acedido a 30 de outubro de 2017].
- Ayuntamiento De Olivenza (2016). [Online]. Disponível em: <http://www.ayuntamientodeolivenza.com/> [Acedido a 28 de junho de 2017].
- Banza, A. P. (2015). O português em Angola: uma questão de política linguística. In A. Fiéis, A. Madeira & M. Lobo (Org.), *O Universal e o Particular: uma Vida a Comparar* (pp. 29-38). Lisboa: Edições Colibri.
- Bauman, Z. (2007). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. New York: John Wiley and Sons.
- Castells, M. (2007). *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cosgrove, D. (2008). Geography is Everywhere: Culture and Symbolism in Human Landscapes. In T. S. Oakes & P. L. Price (ed.), *The Cultural Geography Reader* (pp.177-185). London: Routledge.
- Foucher, M. (2007). *L'obsession des frontières*. Paris: Perrin.
- Goodhart, D. (2017). *The road to somewhere. The populist revolt and the future of politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1930- 1938.
- GAO- Grupo Dos Amigos De Olivença (2017). Disponível em: <http://www.olivenca.org/> [Acedido a 30 de outubro de 2017].
- Huntington, S. P. (1993). The Clash of Civilizations?. *Foreign Affairs*, Summer edition, 22-49.
- Huntington, S. P. (1999). *O Choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Lisboa, Gradiva.
- Instituto Nacional De Estadística (2016). [Online]. Disponível em: <http://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=2859> . [Acedido a 5 de fevereiro de 2016].
- Luna, C. (2007). *A situação da língua portuguesa em Olivença*. Bragança: Colóquio da Lusofonia.
- Maalouf, A (1999). *Identidades assassinas*. Lisboa: Difel.
- Maalouf, A. (2004). *Origens*. Lisboa: Difel.
- Moreira, Adriano (1996). As Fronteiras Portuguesas. *Conjuntura Internacional 1996*, 15-24.
- Moreira, Adriano (1997). Soberania de serviço". *Janus 97*, 18-19.
- Reto, L.; Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2016). *Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Instituto Camões.
- Santos, A. (2013). *Identidades incertas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Szary, A.-L. (2015). *Qu'est-ce qu'une frontière aujourd'hui?*. Paris: PUF.
- Telo, A. J. (1999). Portugal e a Nato (1949-1976). *Nação e Defesa*, 89, 43-84.

FERNANDES, João Luís J. (2017). *Fronteiras, conflitos territoriais e identidades culturais. Introdução ao caso de Olivença*.
The Overarching Issues of the European Space: Society, Economy and Heritage in a Scenario ... Porto: FLUP, pp. 160-173

Teixeira, N. S. (2005). *Entre a África e a Europa: A política externa portuguesa, 1890-2000*. In A. C. Pinto (Coord.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 87-116). Lisboa: Publicações Dom Quixote.